
REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 28 No. 2 2015

ARTIGO

A ARQUEOLOGIA E A LÓGICA DO CAPITAL: PUXANDO O FREIO DE EMERGÊNCIA

Yannis Hamilakis*

RESUMO

A recente crise do capitalismo financeiro (2008-presente) tem tido um enorme impacto nas vidas dos trabalhadores em todo o mundo e também atingiu o maior setor da atividade arqueológica que tem sido chamada de arqueologia comercial ou de contrato ou de desenvolvimento. Apesar de seus efeitos negativos, esta situação gerou uma abertura pra um repensar e uma reflexão radical quanto a questões subjacentes deste setor, suas premissas éticas e políticas, sua viabilidade a longo prazo e, mais importante, a necessidade de alternativas. Neste contexto, este artigo busca demonstrar que a lógica do capital estava presente no processo da constituição moderna da arqueologia, desde seu início. Também demonstramos as operações altamente problemáticas da arqueologia comercial para os arqueólogos, a cultura material e a vasta maioria do público. Propomos que o que deve ser transformado radicalmente é a lógica fundamental da arqueologia moderna que faz parte da estrutura capitalista: a fetichização das coisas e seu tratamento como objetos autônomos, divorciados das relações, fluxos e conexões que levam a sua constituição. O artigo conclui analisando brevemente uma arqueologia alter-moderna que reside nos espaços intermediários, e não em entidades objetificadas, reificadas e transformadas em produtos.

Palavras-chave: Modernidade, capitalismo, arqueologia comercial, arqueologia sensorial.

ABSTRACT

The recent (2008-present) crisis of financial capitalism is having an enormous impact on the lives of working people all over the world, but it has also hit the largest sector of archaeological activity which has been called commercial archaeology, or contract or developer-funded archaeology. Despite its detrimental effects, the situation has provided an opening for a radical rethinking and reflection on the underlying assumptions of this sector, its ethical and political premises, its long-term viability, and more importantly, the need for alternatives. Within this context, this paper aims to show that the logic of capital was embedded in the process of the constitution of modernist archaeology, right from the start. It also demonstrates the highly problematic

operation of commercial archaeology for archaeologists, material culture, and the vast majority of the public. It proposes that what it needs to change radically is the foundational logic of modernist archaeology which makes it part of the framework of capital: its fetishization of things, and their treatment as autonomous objects, divorced from the relationships, flows and connections that have led to their constitution. The paper concludes by outlining briefly an alter-modern archaeology that resides in the in-between spaces, rather than on objectified, reified, and thus easily commodified entities.

Key words: Modernity, capitalism, commercial archaeology, sensorial archaeology.

* Departamento de Arqueologia, University of Southampton, Southampton, Reino Unido.
y.hamilakis@soton.ac.uk

A ARQUEOLOGIA E A LÓGICA DO CAPITAL: VIDAS PARALELAS

Começo por uma citação de Walter Benjamin extraída de seu *Projeto Arcadas*, sua inacabada *magnum opus* escrita entre 1927 e 1940, uma exploração genealógica dos espaços, dos fluxos e dos processos da modernidade europeia, tomando a Paris do século XIX como estudo de caso:

Há relações entre as lojas de departamento e os museus e o vínculo é proporcionado pela ideia de bazar. A acumulação de obras de arte no museu as coloca em comunicação com as mercadorias que se oferecem em massa ao transeunte, despertando neles a idéia de que alguma parte de tudo isto também deveria caber a ele (BENJAMIN, 2002:415).

Objetos bem organizados, em geral atrás de vitrines, oferecendo-se aos transeuntes, no bazar, a loja de departamentos, o museu. Propriedades privadas potenciais, mercadorias ou mercadorias potenciais. Quase fetiches, mascaradas e mal reconhecidas as condições de sua produção como entidades arqueológicas modernas e sua projeção com objetos de museu. No entanto, na maioria dos casos os museus, ao menos, apresentam um pouco de informação sobre os contextos arqueológicos destes artefatos: ficamos sabendo que estas são vasilhas de Atenas do século VIII AC ou glifos de Palenque do século VII, por exemplo. Porém, estou falando de outra coisa: a transformação de marcas materiais multitemporais nos objetos arqueológicos monocrômicos e, muito frequentemente, em mercadorias arqueológicas. Estou falando das condições e relações de trabalho, as transcrições ocultas de exploração que acompanham a gênese e desenvolvimento da arqueologia modernista profissional na Europa no século XIX. São estes conhecimentos e relações que estão mascarados e são mal reconhecidos no fetichismo da mercadoria arqueológica da arqueologia moderna.

Porém, deixemos Benjamin e a Paris do século XIX por um momento e vamos a Grécia, seguindo os rastros de algumas mercadorias arqueológicas. Apresentamos o arquiteto e antiquário inglês Charles Robert Cockerell, quem junto com seus associados tentou, com êxito, remover as esculturas do templo clássico de Atenea Afaya, na ilha de Egina, na primeira década do século XIX:

Não era de esperar que nos permitissem levar, sem oposição o que havíamos encontrado. Mesmo que muita gente descuide de suas posses, começam a valorizá-las prontamente quando outros as cobiçam. As autoridades da ilha chegaram a nós em grupo e leram uma declaração feita pelo Conselho da ilha na qual nos rogavam que desistíssemos de nossas operações, pois só o céu conhecia as desgraças que poderiam cair sobre a ilha, em particular, e sobre a terra circundante, em geral, se continuássemos. Esta pretensão estúpida de temor supersticioso era obviamente uma mera desculpa para nos extorquir e como sentimos que era justo que pagássemos, enviamos a nosso guia com eles ao povoado para estabelecer a quantidade; enquanto isto chegou um barco que havíamos pedido em Atenas, embarcamos os mármorem sem demora e os mandamos embora... Posto que os mármorem já houvessem ido, foi mais fácil tratar com as autoridades (COCKERELL, 1903:53-54).

Leia, cuidadosamente, a passagem de Cockerell e outros relatos de viagens dos séculos XV e XVI até o século XIX e você encontrará uma arqueologia indígena (cf. HAMILAKIS, 2011; cf. BAHRANI *et al.*, 2011): objetos de diversos tempos, incrustados no tecido da vida diária, interagindo de uma maneira completamente multisensorial; estes eram fragmentos significativos encontrados ao trabalhar a terra e reunidos e reinstalados em casas, mesquitas, igrejas. Estavam realizando, portanto, papéis diferentes, às vezes apotropaicos, outras vezes curativos e milagrosos, e outras vezes como encarnações de forças ferozes. Seu saque e apropriação por parte dos atores e dos aparatos da arqueologia modernista, como se fosse pouco, neles investiu o valor econômico (como se vê na citação anterior) e iniciaram o seu processo de mercantilização. Finalmente foram recolocados nos ambientes "apropriados" dos museus ocidentais; sua posterior apreciação, através das lentes da estética (ou anestésica) da desencarnação e da desensorialização, ofereceu um refugio seguro da mera mercantilização, a ilusão reconfortante de que é sua informação artística e seu valor estético o que importa acima das transações mascaradas que são necessárias para que possa ocorrer a admiração e reflexão estética desinteressada (cf. HAMILAKIS, 2013).

A mercantilização também esteve incrustada, desde o princípio, no processo de nacionalização da sociedade: a imaginação nacional não só produziu Estados-nação, mas também arqueologias modernistas nacionais que, por sua vez, garantiram a reprodução contínua das imaginações nacionais (DÍAZ-ANDREU, 2007; HAMILAKIS, 2007). O nacionalismo foi e é um projeto da classe média e sua magia descansa em sua capacidade de se apresentar acima e além das classes e de outras divisões, só reconhecendo a divisão entre o eu nacional e o outro nacional. Uma de suas contradições fundamentais, contudo, como Partha Chatterje demonstrou (1993), é a tensão entre o capital e a comunidade, uma tensão que também se encontra na arqueologia nacional: as marcas materiais constituídas como objetos arqueológicos pela arqueologia modernista frequentemente são adoradas como os ícones sagrados da comunidade imaginada da nação e, inclusive, podem ser personificadas como os próprios ancestrais. Em muitos contextos nacionais, porém não em todos, as antiguidades tem sido declaradas como relíquias sagradas que pertencem à comunidade nacional em seu conjunto. No entanto, ao mesmo tempo são envolvidas em relações de propriedade (inclusive como propriedade nacional) e em várias transações, operam como capital simbólico; daí a tensão. É por isto que qualquer intercâmbio financeiro ou simbólico está mascarado e mal reconhecido (cf. HAMILAKIS, 2007).

Mais ainda, muitas estruturas institucionais estabelecidas da arqueologia modernista, incluindo a maioria das organizações profissionais de todo o mundo, insistem no caráter não comercial dos objetos arqueológicos e com frequência se opõem a circulação privada de antiguidades, especialmente oriundas de escavações recentes. É raro, no entanto, ver uma posição concentrada e vociferante contra a mercantilização do passado nos museus, no setor do "patrimônio" e em vários acordos de patrocínio que os arqueólogos e os profissionais dos museus têm assinado com grandes corporações, algumas

delas com uma história desagradável e duvidosa com o meio ambiente e os direitos humanos. Casos recentes incluem, as corporações petrolíferas que financiam o Museu Britânico de Londres; Shell e Visa que atuam como os principais patrocinadores das escavações de Çatal Hüyük na Turquia (cf. HAMILAKIS, 1999) ou a corporação mineira Rio Tinto que financia congressos e reuniões do Congresso Mundial de Arqueologia (*World Archaeological Congress - WAC*) (cf. SHEPHERD & HABER, 2011; SHEPHERD, *neste volume*).

Meu ponto é simples: antes de começar a analisar o fenômeno bastante recente da arqueologia financiada por empresários que surgiu sob o capitalismo neoliberal, temos que examinar e analisar a gênese da arqueologia oficial como um dos muitos efeitos colaterais da modernidade capitalista ocidental. A lógica do capital estava incrustada no processo de constituição da arqueologia modernista desde o primeiro momento.

A SITUAÇÃO ATUAL DA ARQUEOLOGIA COMERCIAL

A arqueologia comercial e a mercantilização do passado material, é claro, tem diferentes formas hoje em dia em comparação com o século XIX, apesar de algumas similitudes. O nacionalismo e o neo-colonialismo seguem sendo o imaginário dominante na maior parte do mundo. O capitalismo neoliberal pode estar em processo de desmantelamento das restantes estruturas nacionalizadas do patrimônio material e de imposição da doutrina do mercado em todo lugar (com umas poucas exceções esperançosas, como em alguns contextos da América do Sul), porém a imaginação nacional e colonial/neo-colonial segue forte e adota novas formas. As tensões entre a comunidade nacional e o capital continuam fazendo sentir seu impacto, mas as forças do capital têm demonstrado que podem transformar em um mercado muito proveitoso as ideias e imaginários nacionais e coloniais.

Examinemos, por um momento, um caso de arqueologia comercial que talvez represente a mais antiga transformação de uma operação arqueológica financiada, fundamentalmente, com fundos públicos em uma entidade totalmente mercantilizada e comercializada. A arqueologia comercial no Reino Unido se desenvolveu como resultado da dominação do thatcherismo e do neoliberalismo. Até 1990 a arqueologia de resgate foi feita, principalmente, com financiamentos públicos e praticada por uma combinação de arqueólogos (do Estado e das autoridades locais) e muitos voluntários e aficionados de associações locais, motivados por seu amor à arqueologia (EVERILL, 2007, 2012). Um programa estatal destinado a reduzir o desemprego também canalizou milhões de libras para a arqueologia de resgate e proporcionou formação e emprego para milhares de pessoas. Este programa foi abolido em 1987, deixando um déficit de financiamento que teve que ser coberto pelos empresários. Em 1990, foi posta em vigor uma orientação que postulava que os empresários deveriam fomentar a realização de trabalhos arqueológicos antes de qualquer obra de desenvolvimento. Este regime operou sob o princípio "quem causa o dano, paga": em outras palavras, a empresa que desenvolve o projeto teria que mitigar qualquer destruição causada mediante o financiamento de trabalhos arqueológicos. No entanto, é o empresário, ou seja,

a empresa privada, quem escolhe a equipe que desenvolve o trabalho arqueológico. Esta escolha baseia-se em licitações competitivas (conhecidas como "leilões" nos Estados Unidos). Como resultado desta orientação política de planejamento foram criadas empresas privadas de consultoria arqueológica para oferecer os trabalhos necessários que deveriam ser feitos antes de qualquer obra de desenvolvimento. O empresário, então, escolhe a empresa tendo em conta a relação custo-benefício, ou seja, com base em gastos e tempo. As consultorias arqueológicas, portanto, buscam aumentar a rentabilidade de sua oferta mediante a redução de custos e a promessa de fazer o trabalho no menor tempo possível. Existe um mecanismo de inspeção estabelecido por entidades semi-privadas e semi-públicas, como o *English Heritage* ou os arqueólogos dos Condados, porém seu âmbito de competência e seus recursos são bastante limitados e seu pessoal não é adequado para inspecionar a enorme quantidade de atividades arqueológicas no país. Mais ainda, os órgãos deste tipo, especialmente o *English Heritage*, estão cada vez mais debilitados e estão sendo convertidos em entidades privadas e comerciais. De acordo com a filosofia do neoliberalismo, acredita-se que o mercado, que adquire as propriedades sensíveis de uma pessoa sábia, regulará a si mesmo.

Como resultado, o número de consultorias e empresas arqueológicas (e de seus empregados) aumentou dramaticamente desde a década de 1990 até, aproximadamente, 2007, quando um declínio começou devido à crise do capitalismo global. Até este momento, o louvor deste regime comercial era quase universal, com algumas vozes dissidentes. Atualmente, inclusive, os defensores deste fundamentalismo do mercado só tem elogios pra o que vêem como a "idade de ouro" da arqueologia ou, para usar a expressão de um de seus defensores mais apaixonados, a era da "febre do ouro" (AITCHISON, 2009). Em que se baseavam estes elogios? Seu argumento principal é o aumento da atividade arqueológica e o número de pessoas que estavam e estão empregadas na arqueologia de contrato sob este novo regime. Entre 1990 e 2000, por exemplo, duplicou o número de arqueólogos profissionais empregados no Reino Unido (a grande maioria no setor comercial), passando de 3000 para quase 7000 (AITCHISON & EDWARDS, 2008). Estes números mantiveram estes níveis até 2007, quando começou uma queda; em 2012-2013, o número estimado situava-se em 4792 (dos quais 60% trabalhava no setor comercial), uma diminuição de 30% desde 2007 (AITCHISON & ROCKS-MACQUEEN, 2013:10). Contudo, o aumento inicial na primeira década da arqueologia totalmente comercial não foi resultado da comercialização e do sistema de competição neoliberal. Foi, antes de tudo, resultado da Orientação de Planejamento (PPG16) emitida pelo governo em 1990 e que estabeleceu que qualquer vestígio arqueológico ou patrimonial devesse ser avaliado e investigado antes de qualquer empreendimento. Este dispositivo legal foi emitido devido à pressão pública e a indignação que se seguiu a eminente destruição de achados arqueológicos de grande valor, em especial os restos do *Rose Theatre* de Shakespeare em Londres, encontrados em 1989. Além disto, como Gnecco & Dias (*neste volume*) destacam, a ênfase no aumento de postos de trabalho como resultado positivo na comercialização é um argumento

tautológico: os postos de trabalho criados eram essenciais para mitigar a destruição causada pelo desenvolvimento, porém, ao mesmo tempo, o aumento no número de mão de obra disponível e disposta a trabalhar sob condições contratuais perpetua e promove, ainda mais, a arqueologia comercial como sistema. Não há garantia, é claro, de que esta mão de obra seguirá sendo empregada; como destaquei, em função da recessão econômica de 2007-2008 a queda do número de postos de trabalho tem sido dramática.

Outro argumento que apoia a arqueologia comercial é que esta elevou os padrões do trabalho arqueológico, uma tese baseada no princípio ingênuo de que a competição das empresas pelos contratos tende a "entregar produtos" melhores. O que tem acontecido, de fato, é um processo de padronização e homogeneização sob a rubrica do profissionalismo e da profissionalização. Desde os primeiros anos do estabelecimento da arqueologia comercial no Reino Unido seus críticos colocaram sérias preocupações (*e.g.*, CHADWICK, 1997; CUMBERPATCH & BLINKHORN, 2001; GRAVES-BROWN, 1997). Esta é uma citação que captura a situação, sete anos depois da introdução deste novo regime de trabalho:

“Os arqueólogos profissionais agora são empregados com contratos de prazo muito curto, inclusive semanais. Provavelmente não tem havido nenhuma melhora significativa nas médias salariais e nas condições de trabalho desde 1990, enquanto os salários tem ficado abaixo da inflação e de outras profissões (...) As licitações competitivas e a introdução da PPG16, no lugar de aumentar os salários e melhorar as condições tem colocado os arqueólogos em uma situação pior da que estavam em 1990. A alta rotatividade de pessoal e a ênfase na eficiência de custos em muitas unidades contratuais pode dar lugar à ideia de que os escavadores possam ser considerados pouco mais do que operários, cujas opiniões no sítio podem ser ignoradas pelos gerentes dos projetos. Alguns empresários agora consideram a presença de sítios arqueológicos em uma área de desenvolvimento como um problema que os arqueólogos podem resolver mediante a eliminação rápida, eficiente e barata desta estratigrafia (...). Um estudo recente dos procedimentos de avaliação arqueológica usou uma metáfora médica para descrever as metodologias de avaliação. (...) Isto significa que os depósitos arqueológicos devem ser considerados como tecido infectado e doente que, em última instância, deve ser "curado" ou extirpado? (CHADWICK, 1997).

Em anos mais recentes, uma série de estudos sistemáticos e exaustivos demonstrou que estas preocupações estavam bem fundamentadas e que, de fato, todo o sistema é prejudicial para a prática arqueológica e para o público. Estes estudos recentes são etnografias de baixo para cima, baseadas na relação de longo prazo dos arqueólogos que trabalham no setor comercial não apenas com os gerentes das unidades, mas também com os numerosos “escavadores”, usualmente marginalizados e descontentes. Foram empregados métodos etnográficos qualitativos, como a observação participante e as entrevistas informais, não se utilizando dados estatísticos quantitativos e questionários formais, como é o caso das avaliações realizadas por organizações de empregadores e outras estruturas verticais. Dois destes projetos foram

conduzidos por Paul Everill no Reino Unido, intitulado oportunamente *Os escavadores invisíveis* [*The invisible diggers*] (EVERILL, 2007, 2012), e por Nicolas Zorzin em Quebec (Canadá), Victoria (Austrália) e Japão (ZORZIN, 2011, 2014, e ver também *neste volume*). Os diversos estudos de caso apresentados neste volume se somam a este corpus valioso e importante.

Estes estudos, entre outros, tem demonstrado que as licitações competitivas e a necessidade de reduzir custos para ganhar contratos tem se traduzido em projetos conduzidos pela pressa, mal planejados e executados, e em um conhecimento arqueológico inadequadamente registrado, apesar dos heróicos esforços da maioria dos arqueólogos de contrato. É mais, as estratégias de redução de custos tem feito com que a maioria dos trabalhadores do setor ganhe mal, com salários bem abaixo da média nacional; vivem com contratos temporários e carecem de perspectivas profissionais sérias. Uma vez que as empresas privadas e as consultorias competem por trabalho em todo país e, inclusive, no exterior, os trabalhadores tem que levar um estilo de vida itinerante, longe de casa por semanas ou meses, alojados em hotéis baratos; desta maneira ingressam no *precarizado*, que alguns descrevem como a classe social emergente no capitalismo neoliberal (cf. STANDING, 2011). Além dos efeitos sobre a vida das pessoas, isto também deu lugar à perda de conhecimento especializado arqueológico local e regional, acumulado a partir de uma relação profunda com a cultura material de uma dada região.

A arqueologia levada a cabo com parte deste processo, em quase todos os casos, não inclui o financiamento para a análise posterior à escavação e o estudo do material escavado. O resultado é um relatório técnico breve, requisito mínimo para que o empresário possa atuar. Os museus locais ficam cheios de materiais que ninguém vai estudar, a menos que por ele se interesse um acadêmico ou um estudante. Os produtos arqueológicos mais importantes os curtos relatórios técnicos que se converteram em parte de uma "literatura cinzenta". As únicas ocasiões em que estes relatórios técnicos entram na discussão arqueológica ocorrem quando um acadêmico obtém financiamento para dar sentido e analisar os dados brutos registrados (cf. BRADLEY, 2006). Nas raras ocasiões em que se chega a esta síntese, os resultados são muito úteis e informativos, porém para que isto aconteça é necessário iniciativa e financiamento que venham de fora deste sistema empresarial.

Devido à pressão do tempo, o processo arqueológico se converteu em um procedimento técnico e instrumentalizado, uma produção homogeneizada e simplificada, quase fordista, porém mantendo elementos chaves do pós-fordismo frente às relações de trabalho, como a precariedade e a incerteza extrema, o curto prazo e a fragmentação. É revelador que os arqueólogos que trabalham no setor tenham baixa auto-estima e se descrevam com rótulos como técnicos em arqueologia, "escavadores" ou "peões". Suas tarefas simplificadas de escavação, que perde significado na linha de produção arqueológica, e sua exclusão da análise, estudo e processo de publicação gerou um profundo sentido de alienação dos produtos do seu trabalho e da experiência arqueológica. De fato, a sensação de estranhamento e alienação analisada por Marx (1977:61-74) como característica de todas as relações econômicas

capitalistas encontra sua expressão direta, vívida e extrema na arqueologia de contrato financiada pelos empresários. As três formas de alienação esboçadas por Marx em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* de 1844 podem ser encontradas aqui: a alienação dos produtos e dos resultados do trabalho, neste caso o conhecimento e o entendimento sintético e interpretativo dos contextos e sítios arqueológicos e das marcas e recursos materiais que, na maioria dos casos, são destruídos ou sepultados pelas obras; alienação do processo de trabalho devido à instrumentalização, simplificação e tecnicismo da prática arqueológica; e o estranhamento e alienação do "corpo inorgânico do homem" (MARX, 1977:67), a natureza, as paisagens naturais e os recursos que são radicalmente alterados e destruídos no processo de "desenvolvimento" do qual faz parte a arqueologia de contrato. Ante este triplo estranhamento e alienação os arqueólogos que trabalham neste setor são alienados de sua própria vida, porque "parece só como *um meio de vida*" (MARX, 1977:68), e, também, de seus companheiros de trabalho e dos demais seres humanos, em geral.

Não se pode estranhar, portanto, que a grande maioria dos arqueólogos que trabalham neste setor abandone a arqueologia de contrato e comercial ao cabo de alguns anos e tente voltar à universidade ou, mais comum, deixe a arqueologia completamente. Segundo os dados mais recentes para o Reino Unido, 24% dos empregados permanece no setor por menos de um ano, 41% por menos de cinco anos e 65% por menos de dez anos. Só 13% mantém-se por mais de vinte anos (AITCHISON & ROCKS-MACQUEEN, 2013), mais provavelmente em cargos de direção, com bons salários. As mulheres parecem ficar por menos tempo no setor, enquanto as minorias étnicas estão quase ausentes — uma característica da arqueologia britânica em seu conjunto (EVERILL, 2012). Nas palavras de Paul Everill (2012), atualmente o empregado típico da arqueologia comercial no Reino Unido é um homem branco de 38 anos. A arqueologia de contrato, o maior setor de atividade arqueológica, baseia-se em um exército de trabalhadores alienados bem qualificados (todos graduados e muitos com títulos de pós-graduação), porém mal pagos, infravalorados e descontentes; uma força de trabalho consumível, que se utiliza e logo se substitui, enquanto o "sangue novo", recém saído da universidade, espera na porta. A arqueologia comercial conduz a desqualificação dos arqueólogos e à perda de profissionais graduados, geração após geração.

Ao mesmo tempo, e como vários artigos neste volume destacam, o setor comercial, com seu poder de números e capital financeiro, exerce uma enorme pressão sobre a arqueologia como um todo, incluindo a docência universitária. Uma consequência desta pressão é a transformação do currículo tradicional em um que busca proporcionar habilidades de campo, em outras palavras, capacitação para a força de trabalho que vai ser empregada na arqueologia comercial — apesar de que só uma pequena minoria de estudantes de arqueologia, pelo menos no Reino Unido, deseja trabalhar na arqueologia comercial ou, inclusive, seguir uma carreira profissional como arqueólogo (cf. HAMILAKIS & RAINBIRD, 2001). Esta pressão tem tido algum impacto em tornar os currículos arqueológicos mais instrumentalizados, em um conjunto de habilidades técnicas homogeneizadas, e em fazer da educação em arqueologia

um processo de transferência mecânica de conhecimentos em vez de uma experiência exploradora, crítica, reflexiva e capaz de transformar a vida (COBB & CROUCHER, 2014; CROUCHER, 2010; HAMILAKIS, 2004; HAMILAKIS & RAINBIRD, 2001; ver também a revista digital *Research in Archaeological Education Journal*). A instrumentalização do ensino de arqueologia, é claro, é o resultado de processos adicionais, porém relacionados e similares, como o predomínio do paradigma neoliberal na academia britânica e a mercantilização e burocratização das relações aluno-professor como resultado de diversos procedimentos de auditoria (SHORE & WRIGHT, 1999; STRATHERN, 2000). Estes acontecimentos refletem as mudanças que tem ocorrido na arqueologia comercial e, também, as mudanças nas sociedades ocidentais, incluindo a britânica.

Na maioria dos casos, se não em todos, os trabalhos arqueológicos no setor comercial ocorrem longe dos olhos do público, em lugares velados e fechados. Por isso há pouca participação pública e comunitária, seja no processo ou nos relatórios resultantes, apesar de alguns esforços recentes. Além disto, a arqueologia, devido a suas conotações de preservação e valores ambientais, pode funcionar como "folha de figueira", pretexto verde e álibi ambiental de grandes projetos, destrutivos e altamente polêmicos, como obras de estradas e aeroportos. Contudo, como se justifica esta operação no que se refere às marcas materiais do passado? Os princípios fundamentais nos quais se baseiam este sistema são a conservação *in situ* e a chamada preservação por registro. Este último princípio é anterior à arqueologia comercial, mas foi a partir dela que se converteu em uma ideia suprema. Porém, como é bem conhecido, a preservação *in situ* de vestígios materiais imóveis na localização de uma grande obra de desenvolvimento é, na maioria dos casos, difícil ou impossível, pois o desenvolvimento tem prioridade. Os vestígios são cobertos pelo concreto, para nunca serem vistos de novo, quando não são completamente destruídos no processo. Em raras ocasiões, são conservados se o empresário crê que agregam valor comercial a seu projeto, operando como uma atração turística, por exemplo. Na maioria dos casos, no entanto, o princípio que opera é "a preservação por registro": isto é um eufemismo, é claro, da completa destruição dos vestígios materiais para dar lugar ao centro comercial ou ao aeroporto, com o pretexto de que seu registro em papel ou formato digital garantirá sua preservação.

Estas mudanças dramáticas na arqueologia de resgate e de campo têm sido descritas como um processo de profissionalização, um conceito que foi invocado por agentes e grupos numerosos e diversos, frequentemente com significados opostos ou diferentes. Nos primeiros anos do regime da arqueologia comercial, o termo foi entendido como um chamado para empregar arqueólogos qualificados e treinados formalmente no lugar de voluntários e amadores. Nos anos mais recentes, o termo tem sido usado para empregados com baixos salários para indicar a necessidade de uma remuneração justa e adequada a suas habilidades e qualificações, perspectivas profissionais igualmente adequadas e padrões elevados de estudo arqueológico (EVERILL, 2012). Contudo, parece que no sistema atual a "profissionalização"

tem dado lugar, na realidade, a um processo de homogeneização e simplificação da formação, do trabalho e da produção, sufocando a inovação e a criatividade (LUCAS, 2002). Esta "profissionalização", no entanto, permite ao capitalismo neoliberal funcionar enquanto os trabalhadores/escavadores são constantemente deslocados sob um regime de extrema precariedade ou "flexibilidade". Edward Said (1994) salienta que "profissionalismo" pode significar competência, mas também pode ter outros significados sinistros: não só hiperespecialização, mas também, de maneira mais problemática, a renúncia a questionar as estruturas e os regimes de verdade e autoridade, a vacilação (ou, inclusive, a incapacidade, através de meios contratuais ou legais) frente à possibilidade de ser produtores culturais independentes e autônomos, com voz própria. Neste sentido Said louvou o "amadorismo" como a encarnação do cuidado, o afeto e o amor pelo trabalho e pelas coisas materiais, pelos ambientes e pelas entidades com as quais interagimos (SHANKS & MCGUIRE, 1996). Este tipo de amadorismo, que se aproxima de suas raízes etimológicas, é ativamente desencorajado no regime comercial da arqueologia atual.

No entanto, às vezes tem-se demonstrado que os arqueólogos que os arqueólogos que trabalham neste setor suportam estas adversidades porque amam o que fazem e tem desenvolvido uma camaradagem baseada no processo físico da escavação (são os autoproclamados escavadores, acima de tudo) e a dureza que o acompanha. Isto explica a reação de alguns deles quando se critica a arqueologia comercial, especialmente quando esta crítica provem de acadêmicos. Alguns interiorizaram uma falsa divisão entre o mundo acadêmico e o setor comercial (uma divisão homóloga a que se postula entre teoria e prática e entre trabalho intelectual e manual), optando por este último. Esta é uma falsa consciência que mascara as enormes desigualdades e a exploração no setor: nem todos os empregados na arqueologia comercial estão "no mesmo barco" e os salários administrativos são muito mais altos que os dos "escavadores". Os acadêmicos que criticam o regime comercial passaram anos trabalhando no setor (e tem conhecimento e experiência de primeira mão dos processos que descrevem) ou também tem criticado e combatido a mercantilização da universidade, adotando uma posição antineoliberal e anticapitalista. No lugar de reconhecer essa crítica política e intentar estabelecer alianças com a academia contra o capitalismo neoliberal, os arqueólogos do setor comercial com frequência tratam esta crítica como uma guerra de facções entre acadêmicos e "escavadores" e optam por cerrar fileiras detrás de sua identidade profissionalizada. Esquecem que a academia todavia oferece um espaço para respirar, refletir e analisar, um espaço que é atacado pelo mercado; não é o espaço isolado, a torre de marfim mítica de onde se lançam pedras nos colegas em campo, mas outro campo de batalha que ainda proporciona —porém, por quanto tempo?— liberdade crítica, algo que é quase impossível no setor comercial.

Estas observações do caso do Reino Unido talvez se devam ao fato do país apresentar o setor arqueológico mais comercializado do mundo e uma legislação de proteção extremamente débil. Vale a pena destacar que a Orientação de Planejamento (PPG16) aprovada em 1990, texto que marcou o

desenvolvimento da arqueologia comercial no país, não era um documento centrado em assuntos patrimoniais, mas uma regulamentação do planejamento e do processo de desenvolvimento. Nem mesmo era um ato jurídico, pois não tinha poder legal. Desde 2010 foi substituída por documentos similares (o último é de 2012). Os mais recentes trataram de incluir a paisagem e outros recursos no processo, não apenas monumentos isolados ou sítios arqueológicos, porém a filosofia básica é a mesma: a entidade principal é o "bem patrimonial", uma terminologia reveladora da mentalidade instrumentalista e mercantilista que sustenta o discurso de proteção do patrimônio e suas práticas associadas.

No entanto, há uma percepção geral, inclusive entre os arqueólogos que trabalham no setor, de que a arqueologia comercial está passando por uma crise profunda (SCHLANGER & AITCHISON, 2010; EVERILL, 2012), sobretudo desde 2007-2008, princípio da crise financeira. Como destaquei antes, esta crise traduziu-se em uma diminuição de 30% nos trabalhos arqueológicos, a grande maioria deles no setor comercial. A Irlanda para o período em que foi chamada de "tigre celta" presenciou um aumento no número de arqueólogos de 650 em 2002 para 1700 em 2007. Porém, experimentou uma queda ainda mais dramática: uma redução de 82% no número de arqueólogos comerciais entre julho de 2008 e janeiro de 2009¹. A evidência irônica indica que no último ano algumas partes do Reino Unido (Londres e o sul) experimentaram um aumento da atividade da construção e, portanto, uma renovada demanda de trabalhos de arqueologia, porém é pouco provável que compense a queda anterior. Por outro lado, milhares de arqueólogos qualificados e experientes podem já ter abandonado o setor, aprofundando a desqualificação da arqueologia britânica.

Um resultado interessante desta crise é a reabertura da discussão sobre alternativas. Everill (2012), por exemplo, acredita que a única solução para o Reino Unido é a criação de um Serviço Arqueológico Nacional (no sentido público), financiado por impostos sobre o empresariado. A ideia de um imposto deste tipo foi apresentada por profissionais da arqueologia comercial e da academia (CUMBERPATCH & BLINKHORN, 2001; EVERILL, 2012). Defende a manutenção do princípio "quem causa o dano, paga", enquanto a atividade arqueológica torna-se independente dos empresários. O imposto não estaria ligado a um contrato específico e seria utilizado para realizar as pesquisas arqueológicas na área afetada por uma entidade arqueológica independente que operasse em nível regional como parte da administração local ou como parte de um Serviço Arqueológico Nacional. Desta maneira, os arqueólogos manteriam a sua autonomia: não seriam escolhidos pelos empresários, não estariam submetidos a pressão dos empresários, nem seriam responsáveis de prestar contas diretamente a eles. Sua responsabilidade seria para com o público, através das autoridades públicas locais, regionais ou nacionais que coordenariam os trabalhos arqueológicos. Assim se mantém o conhecimento regional e as unidades arqueológicas poderiam idealizar planos a longo prazo e utilizar fundos públicos para estudar as coleções arqueológicas e abrir ao público os resultados do seu trabalho. No entanto, no clima atual do país, com a

¹ <http://www.bajrfed.co.uk/archive/index.php/t-1702.html>

mentalidade neoliberal que predomina na academia e no setor comercial, essas ideias têm poucos partidários, inclusive entre os arqueólogos. Além disto, mesmo que estas propostas fossem implementadas, surge a dúvida de se poderiam romper com o vínculo entre a arqueologia (modernista) e a lógica do capital, dada a sua longa genealogia.

Talvez uma rápida análise de um caso diferente possa ajudar a responder esta questão. A Grécia é um contexto nacional onde um sistema operado pelo Estado segue em pé, apesar de ter sido objeto de ataques recentes e já se tenha iniciado um plano de semi-privatização, em especial dos principais museus. Em parte devido ao papel sumamente importante da arqueologia no imaginário nacional (cf. HAMILAKIS, 2007), tem-se resistido às tentativas de mercantilização aberta, apesar do fato de ocorrerem transações financeiras encobertas e intercâmbios simbólicos explícitos desde o século XIX. Em geral, no entanto, e em termos comparativos, a arqueologia grega tem conseguido fazer valer a sua autoridade sobre o empresariado e priorizar o resgate dos vestígios materiais do passado as expensas do lucro. Os empresários estão obrigados a financiar os trabalhos arqueológicos, porém a escolha dos arqueólogos, da duração dos projetos e do tipo de trabalhos necessários é decidida, exclusivamente, pelo serviço arqueológico. Por isso, os arqueólogos, sobretudo em grandes projetos de infraestrutura, têm podido dedicar o tempo necessário para o trabalho e utilizar parte dos fundos para a análise e estudo do material. Mesmo que também ali “a preservação por registro” aplique-se com demasiada frequência, em várias ocasiões os arqueólogos puderam preservar vestígios materiais e incorporá-los no projeto finalizado ou, inclusive, desviar a rota de uma estrada ou uma linha de trem para resgatar e preservar as antiguidades.

Por exemplo, nos últimos anos esta se dando uma batalha em Salônica, a segunda maior cidade grega, entre os arqueólogos e a empresa construtora do sistema de metrô. Ao encontrar uma seção incrivelmente preservada da fase medieval (Bizantina) da cidade, a companhia propôs desmontar e transportar a outra parte das estruturas desenterradas e ameaçou abandonar os trabalhos nesta estação e em todo projeto se sua proposta não fosse aceita. Inclusive obteve o apoio de muitos no Ministério da Cultura, incluindo o Conselho Arqueológico Central e setores de liderança arqueológica no país. Foi decidido desmantelar e realocar as antiguidades depois em outro lugar. Porém, as associações de arqueólogos e outras pessoas conseguiram mobilizar o Conselho da cidade e lançaram uma campanha nacional e internacional, com a participação de especialistas e não especialistas, e conseguiram deter o processo, ao menos, temporariamente. Um plano para a conservação *in situ* e a incorporação dos achados na estação de metrô tem ganhado cada vez mais apoio.

Inclusive neste contexto nacional, no entanto, a lógica do capital consegue impor-se através de diversos meios. A arqueologia nacional foi, acima de tudo, um projeto de classe média, assim como o projeto nacional em seu conjunto, e foram as novas forças do capital que a abraçaram desde o século XIX (cf. DÍAZ-ANDREU, 2007; HAMILAKIS & DUKE, 2007; MCGUIRE & WALKER, 1999).

Atualmente a mercantilização do passado se expressa através das entradas dos museus e dos sítios arqueológicos, dos privilégios especiais que desfrutam os ricos colecionistas privados e seus museus e da crescente destruição de paisagens e sítios históricos para dar lugar ao turismo "pelo caminho mais rápido" e outros "desenvolvimentos", uma tendência que se acelerou desde o início da crise financeira mais recente. Além disto, toda a estrutura arqueológica descansa em umas poucas pessoas empregadas de forma permanente e relativamente segura, a quem se paga apenas acima da média nacional — que na atualidade está sendo duramente atingida —, e em um vasto exército de empregados contratados que estão tão alienados dos produtos de seu trabalho, como os arqueólogos na Grã Bretanha ou na Irlanda. Temos aqui um trecho de um discurso de protesto lido em um Congresso acadêmico na Salônica em 21 de março de 2013:

Somos os arqueólogos de contrato com uma data de validade, os arqueólogos [que escavam] material que nunca estudam e analisam e que nunca vêem seus nomes nas publicações. Somos os arqueólogos consumíveis que foram despedidos repentinamente, junto a operários e vigias, para que possam ser substituídos por outros que são mais baratos e estão dispostos a assinar novos contratos (...). Somos os jovens graduados em arqueologia que, sem um título de pós-graduação, não têm nenhuma esperança de trabalho. Somos os possuidores de títulos de pós-graduação que não têm a oportunidade de lutar nem sequer por um contrato de dois meses. Nós somos os que têm título de doutorado e não conseguimos encontrar trabalho. Nós somos os que estudaram durante dez anos para trabalhar somente por 60 meses. Somos os não tão jovens arqueólogos que tem que mudar de emprego. Somos seus estudantes, e estamos com raiva (...). [Devemos acrescentar] que a empresa que desenvolve o projeto para o qual trabalhamos proibiu os arqueólogos que seguem sob contrato de assistir a este Congresso e às comunicações científicas sobre os achados que eles e seus colegas que foram despedidos escavaram juntos (Declaração da SEKA, Associação de Arqueólogos Temporários, publicada em sua página do Facebook).

PUXANDO O FREIO DE EMERGÊNCIA? UMA ARQUEOLOGIA SENSORIAL DOS FLUXOS

É claro, portanto, que se necessita mais que mudanças cosméticas e mais que a implementação de um Serviço Nacional de Arqueologia. O que devemos fazer? Comecei este artigo com uma citação de Walter Benjamin. Volto a ele para finalizar e buscar oferecer algumas ideias sobre como podemos desprender a arqueologia da lógica do capital. A citação a seguir provém de um ensaio intitulado *Paralipomena* em "Sobre o conceito de história", escrito em 1940:

Marx disse que as revoluções são as locomotivas da história mundial. Mas talvez seja de outra maneira. Talvez as revoluções sejam uma tentativa dos passageiros deste trem — a saber, a raça humana — para puxar o freio de emergência (BENJAMIN, 2003:402).

Ao invocar a poderosa metáfora dos passageiros num trem em movimento, uma metáfora que se utiliza, frequentemente, no discurso político para

descrever a grande marcha do progresso, Benjamin ataca as bases da metanarrativa modernista do desenvolvimento. Não só a mitologia da inevitabilidade do capitalismo senão, mais ainda, a inevitabilidade do "desenvolvimento" como um processo contínuo de transformação da terra pelos humanos, alcançado, principalmente, através da destruição contínua das paisagens naturais e antropogênicas.

O *antropoceno* foi recentemente proposto como o termo mais apropriado para substituir o Holoceno como nossa era geológica atual. Os defensores desta mudança buscam por em relevo o impacto imenso e cada vez mais prejudicial dos seres humanos sobre a Terra. Outros criticam o uso do termo alegando que eleva, arrogantemente, o papel de uma espécie em detrimento de todas as demais² (cf. KLINGAN *et al.* 2015). Se aceitarmos, ao menos por agora, a rubrica do *antropoceno* por razões argumentativas e de concordância às afirmações de Benjamin, fazemos soar o alarme de emergência. Ele pede que façamos uma ruptura e engendremos um *evento* verdadeiramente transformador e revolucionário (cf. ŽIŽEK, 2014), no lugar de seguirmos sendo os passageiros sonolentos do trem em movimento chamado "desenvolvimento".

Isto é particularmente possível no contexto deste debate. Nosso "evento" não será nada menos do que a reconstituição e a reinvenção do campo da arqueologia, não simplesmente da arqueologia comercial, mas da arqueologia em geral. Nossa ruptura será resistir a transformação em outra faceta do "desenvolvimento", a folha de figueira arqueológica que leva a aceleração da destruição do planeta. Os atuais processos descoloniais de natureza genealógica, reflexiva e política são, logicamente, importantes: a exploração da economia política da arqueologia modernista e a exposição das desigualdades de classe e de outras hierarquias etárias e de gênero; a historicização de sua constituição como disciplina profissional e autônoma dentro dos imaginários coloniais e nacionais na modernidade; a exploração de formas alternativas de arqueologia, desenvolvidas antes da modernidade capitalista ocidental – ou apesar de ou nas margens dela –, como as diversas formas de arqueologias indígenas; o atual intento de reformar a estrutura da arqueologia comercial mediante medidas como a implementação de impostos para os empresários e de um Serviço Arqueológico público e comum dirigido pelo Estado.

Tudo isto é bom e útil e, talvez seja o primeiro passo, mas não é suficiente. A lógica fundadora da arqueologia modernista faz dela uma parte do marco do capital: sua fetichização das coisas e sua consideração como objetos autônomos, divorciados das relações, dos fluxos e das conexões que levaram a sua constituição; sua dependência de uma concepção linear de tempo como um processo irreversível de desenvolvimento que se têm traduzido nos esquemas habituais do evolucionismo cultural, os discursos sobre a civilização, o progresso e o desenvolvimento e a naturalização do atual *status quo*; seu antropocentrismo, que tem denegrado e desvalorizado o papel outros seres sensíveis na conformação da história, convertendo-os em recursos exploráveis; acima de tudo, porém, sua forma de considerar as coisas como entidades

² Para algumas explorações arqueológicas do conceito ver Journal of Contemporary Archaeology 1(1), 2014.

mercantilizáveis objetivas e quantificáveis que podem ser circuladas, negociadas e intercambiadas como encarnações de valor monetário, nacional ou estético ou substituídas por e transformadas em entidades imateriais de informação, igualmente mercantilizáveis, especialmente no mundo atual do info-capitalismo; em outras palavras, a transformação e a metamorfose das coisas em equivalências.

Contudo, uma arqueologia reconstituída, alter-moderna, uma disciplina indisciplinada (ver HABER, *neste volume*), valoriza o processo tanto como, senão mais, que o resultado, contrabalançando o instrumentalismo. Este é um processo de compromisso colaborativo e coletivo com (a reelaboração e o cuidado de) as coisas, os ambientes e as paisagens de diversas épocas. Tal empenho vê o processo arqueológico como uma prática mnemônica, como uma experiência profundamente afetiva, que pode não resultar em informação abstrata, mas em diversos tipos de saberes experienciais, alguns discursivos, outros sensoriais, tácitos e encarnados e, portanto, não facilmente traduzíveis em palavras e narrativas. Esta arqueologia não é, exclusivamente, sobre o passado, nem sobre o presente, mas sobre tempos múltiplos que coexistem simultaneamente; é uma arqueologia multitemporal; são as propriedades da matéria e seus efeitos mnemônicos os que encarnam a duração e a simultaneidade temporal. Valoriza coisas, assim como ambientes e paisagens, e não permite que estes sejam reduzidos a informação quantificável e mercantilizável; opõe-se, assim, à redução das coisas, dos ambientes e das paisagens a um registro de papel ou digital, antes de sua destruição, para dar lugar ao "desenvolvimento" específico. Opõe-se à "preservação por registro" que é operada pela arqueologia comercial que não é resgate, nem arqueologia, no sentido do compromisso assumido com os vestígios materiais de diversos passados. As experiências mnemônicas necessitam da concretude, da fisicalidade e da diversidade material e sensorial das coisas, dos ambientes e das paisagens para ser ativadas. A obliteração das marcas materiais através do eufemismo da preservação por registro nos priva destas experiências mnemônicas em marcha e com múltiplas facetas.

Ao mesmo tempo, no entanto, esta arqueologia contra-moderna que aceita a vitalidade e as qualidades de agência da matéria (cf. BENNETT, 2010) não trata as coisas como entidades autônomas, quase fetichistas, que podem cair, facilmente, no estado mercantil. Em outros lugares (HAMILAKIS, 2013, 2015) argumentei, e Quero reiterar aqui, que uma arqueologia desse tipo não está baseada em uma ontologia das coisas, mas dos fluxos e dos movimentos sensoriais; não dos corpos, mas das paisagens corporais e daquilo que é transcorpóreo; não das ações individuais, mas do movimento contínuo e da inter-animação. Esta mudança do corpo e da coisa para o campo sensorial e o fluxo torna redundantes as dicotomias mente/corpo e sujeito/objeto: o campo sensorial e os fluxos sensoriais abarcam substâncias materiais, ondas de rádio, raios de luz, gestos e movimentos tanto como discursos, afetos, recordações e ideias que, no que se referem a experiência sensorial, tem o mesmo status ontológico. É, pois, uma arqueologia que reside nos espaços intermediários e não em entidades objetivadas, reificadas e, portanto, facilmente

mercantilizadas. Esta arqueologia alter-moderna e indisciplinada dos fluxos, da afetividade, do cuidado e da intermediação resistirá, continuamente, a lógica do capital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Cristóbal Gnecco e Adriana Schmidt Dias pelo amável convite para participar na reunião muito inspiradora de Porto Alegre e aos meus companheiros participantes por suas intervenções e debates, que ajudaram a dar forma a este artigo. Christina Vona também fez comentários e sugestões úteis em uma versão anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITCHISON, K., 2009. After the “gold rush”: global archaeology in 2009. *World Archaeology* 41(4):659-671.
- AITCHISON, K.; EDWARDS, R., 2008. *Archaeology labour market intelligence: profiling the profession 2007-08*. Institute for Archaeologists, Reading.
- AITCHISON, K.; ROCKS-MACQUEEN, D., 2013. *Archaeology labour market intelligence: profiling the profession*. Landward Research Ltd, Londres.
- BAHRANI, ZAINAB, ZEYNEP ÇELİK E EDHEM ELDEM (Orgs.), 2011. *Scramble for the past: a story of archaeology in the Ottoman Empire 1753-1914*. Salt, Estambul.
- BENJAMIN, W., 2002. *The arcades project*. Harvard University Press, Cambridge.
- BENJAMIN, W., 2003. *Selected writings, volume 4 1938-1940*. Harvard University Press, Cambridge.
- BENNETT, J., 2010. *Vibrant matter: a political ecology of things*. Duke University Press, Durham.
- BRADLEY, R., 2006. Bridging the two cultures: commercial archaeology and the study of prehistoric Britain. *The Antiquaries Journal* 86:1-13.
- CHADWICK, A., 1997. Archaeology at the edge of chaos: further towards reflexive excavation methodologies. *Assemblage* 3 <http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/3/3chad.htm>
- CHATTERJEE, P., 1993. *The nation and its fragments*. Princeton University Press, Princeton.
- COBB, H.; CROUCHER, K., 2014. Assembling archaeological pedagogy: a theoretical framework for valuing pedagogy in archaeological interpretation and practice. *Archaeological Dialogues* 21(2):197-216.
- COCKERELL, C. R., 1903. *Travels in southern Europe and the Levant, 1810-1817: the journal of C.R. Cockerell, R.A.* Longmans, Londres.
- CROUCHER, K., 2010. The past in the present: issues, perspectives and challenges in teaching and learning archaeology in the UK. In: *Heritage values in contemporary society*, editado por George Smith, Phyllis Mauch Messenger e Hilary Soderland, pp 177-195. University Press of Florida, Gainesville.
- CUMBERPATCH, C.; BLINKHORN, P., 2001. Clients, contractors, curators and archaeology: who owns the past? In: *The responsibilities of archaeologists: archaeology and ethics*, editado por Mark Pluciennik, pp 39-45. Archaeopress, Oxford.
- DÍAZ-ANDREU, M., 2007. *A world history of nineteenth-century archaeology: nationalism, colonialism, and the past*. Oxford University Press, Oxford.

- EVERILL, P., 2007. British commercial archaeology: antiquarians and labourers, developers and diggers. In: *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*, editado por Yannis Hamilakis e Philip Duke, pp 119-136. Left Coast Press, Walnut Creek.
- EVERILL, P., 2012. *The invisible diggers: a study of British commercial archaeology*. Oxbow, Oxford.
- GRAVES-BROWN, P., 1997. S/he who pays the piper... archaeology and the polluter pays principle. *Assemblage* 2 <http://www.assemblage.group.shef.ac.uk/2/2gb2.html>
- HAMILAKIS, Y., 1999. La trahison des archéologues? Archaeological practice as intellectual activity in post-modernity. *Journal of Mediterranean Archaeology* 12(1):60-79.
- HAMILAKIS, Y., 2004. Archaeology and the politics of pedagogy. *World Archaeology* 36(2):287-309.
- HAMILAKIS, Y., 2007. *The nation and its ruins: antiquity, archaeology, and national imagination in Greece*. Oxford University Press, Oxford.
- HAMILAKIS, Y., 2011. Indigenous archaeologies in Ottoman Greece. In: *Scramble for the past: a story of archaeology in the Ottoman Empire 1753-1914*, editado por Zainab Bahrani, Zeynep Çelik e Edhem Eldem, pp 49-69. Salt, Estambul.
- HAMILAKIS, Y., 2013. *Archaeology and the senses: human experience, memory, and affect*. Cambridge University Press, Cambridge.
- HAMILAKIS, Y., 2015. *Arqueología y los sentidos: experiencia, memoria y afecto*. JAS Arqueología, Madrid.
- HAMILAKIS, Y.; DUKE, P. (Orgs.), 2007. *Archaeology and capitalism: from ethics to politics*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- HAMILAKIS, Y.; RAINBIRD, P. (Orgs.), 2001. *Interrogating pedagogies: archaeology in higher education*. Archaeopress, Oxford.
- KLINGAN, K.; SEPAHVAND, A.; ROSOL, C.; SCHERER, B. (Orgs.), 2015. *Textures of the anthropocene: grain, vapor, ray*. MIT Press, Cambridge.
- LUCAS, G., 2002. *Critical approaches to fieldwork: contemporary and historical archaeological practice*. Routledge, Londres.
- MARX, K., 1977. *Economic and philosophic manuscripts of 1844*. Progress Publishers and Lawrence and Wishart, Moscú-Londres.
- MCGUIRE, R.; WALKER, M., 1999. Class confrontations in archaeology. *Historical Archaeology* 33(1):159-183
- SAID, E., 1994. *Representations of the intellectual. The 1993 Reith Lectures*. Vintage, Londres.
- SCHLANGER, N.; AITCHISON, K. (Org.), 2010. *Archaeology and the global economic crisis*. Culture Lab, Tervuren.
- SHANKS, M.; MCGUIRE, R., 1996. The craft of archaeology. *American Antiquity* 61(1):75-88.
- SHEPHERD, N.; HABER, A., 2011. What's up with WAC? Archaeology and "engagement" in a globalized world. *Public Archaeology* 10(2):96-115.
- SHORE, C.; WRIGHT, S., 1999. Audit culture and anthropology: neoliberalism in British Higher Education. *Journal of the Royal Anthropological Institute* 5:757-775.
- STANDING, G., 2011. *The precariat: the new dangerous class*. Bloomsbury, Londres.
- STRATHERN, M. (Org.), 2000. *Auditing cultures: anthropological studies on accountability, ethics, and the academy*. Routledge, Londres.
- ŽIŽEK, S. 2014. *Event: philosophy in transit*. Penguin, Londres.

ZORZIN, N., 2011. The political economy of a commercial archaeology - A Quebec case-study. Disertación doctoral, University of Southampton.

http://eprints.soton.ac.uk/344777/1.hasCoversheetVersion/THESIS_FINAL.pdf

ZORZIN, N., 2014. Archaeology and capitalism. Successful relationship or economic and ethical alienation? In: *Ethics and archaeological praxis*, editado por Cristóbal Gnecco e Dorothy Lippert, pp 115-139. Springer, Nueva York.